

* 6 SET 1990

Congresso pode desistir do esforço

Tão logo foi anunciada a edição de uma nova medida provisória sobre a questão salarial, começaram a circular, ontem, no Congresso, as mais diversas informações sobre um possível cancelamento do esforço concentrado. Um telex do presidente em exercício, senador Alexandre Costa (PFL/MA) adiando a eleição dos membros do Conselho da República para o dia 9 de outubro deu margem a suposição de que o governo teria atingido seu intento. O esforço concentrado estava adiado para depois das eleições. Mas é esse mesmo o objetivo do governo? Durante todo o dia de ontem os telefones da secretaria da Mesa do Senado não pararam. Eram assessores da Câmara em busca de confirmação. Foi ou não foi cancelado? Se a intenção era tumultuar, conseguiu-se.

Ninguém sabia dizer exatamente qual era a posição do governo. O líder Ney Maranhão limitava-se a dar sua impressão. Nenhum parlamentar vai abandonar a campanha eleitoral 15 dias antes do pleito. O governo, porém, não tomaria a iniciativa de desmobilizá-los. Para o Palácio do Planalto adiar o esforço

significa não contar com dois trilhões de cruzeiros, verba suplementar para os Poderes Executivo, Judiciário e até mesmo para o Legislativo, quando toda a República, informam, está trabalhando no vermelho. Mas significa, também, não se expor ao risco de ver aprovado o projeto de lei de conversão da Medida Provisória 211.

A votação será nominal e a pouco mais de 15 dias das eleições. Quem vai se arriscar a votar contra essa proposta? O líder do PFL, deputado Ricardo Fiúza (PE), prefere adiar a aprovação dos créditos "a pôr em risco o plano do governo de estabilização econômica. "É um mal menor", afirmou. Ele disse que o governo pode "se virar" até lá. Mas os partidos de oposição podem trazer para Brasília o número de parlamentares necessários para a votação do projeto de lei — 248 deputados e 34 senadores. A maioria em campanha para reeleição. Principalmente se conseguir esclarecer todos os boatos. Afinal, antes "de desarmar os espíritos" para começar a negociar o pacto social o governo, conseguiu, sim, tumultuar o processo de convocação dos parlamentares para o esforço concentrado.